



Alerta na Câmara de Salvador, em defesa do SUS

O chamado “desfinanciamento” do SUS (Sistema Único de Saúde) está entre os principais motivos de crítica do Sindimed quando o assunto é saúde pública. Principalmente no atual governo, quando o posicionamento pró-privatização se exacerba como nunca. O SUS foi novamente colocado em pauta, desta vez na sessão especial que homenageou os médicos pelo seu dia (18 de outubro), promovida na Câmara Municipal de Salvador e que teve como palestrante

Jairnilson Paim, um dos maiores pesquisadores sobre o sistema de saúde brasileiro.

A sessão, proposta pela vereadora Aladilce Souza (historicamente ligada aos movimentos de defesa da saúde pública), foi espaço oportuno para Jairnilson Paim abordar o tema O SUS e a Democracia. Ele lembrou que a luta pela democratização nesta área começou a ser construída ainda no período da ditadura militar e gerou muitas conquistas, em que pesem as imen-

sas dificuldades. E advertiu que sem a união de todos os segmentos sociais o projeto de democratização da saúde pode mesmo sucumbir, como se tenta fazer atualmente, dentro de uma política clara de desmonte do sistema público neste setor.

Ao observar que o caráter de universalidade da saúde é uma “conquista sem precedentes para a sociedade” o palestrante advertiu também que não se desenvolve um sistema universal quando os recursos públicos vão em sua maio-



Coral do Sindimed abriu a sessão sob a regência de Gilberto Bahia

ria para o setor privado. O problema do Brasil, segundo o expositor, é que o gasto público é muito baixo para bancar efetivamente um sistema de cobertura universal e atendimento integral. No país, a participação das fontes públicas nos gastos totais com saúde é de cerca de 45%. Como consequência disso, entre as famílias o principal gasto na área de saúde é com serviços privados.

Contudo, ter plano privado não é, a rigor, garantia de boa assistência, caso contrário o volume de queixas dos usuários não estaria subindo vertiginosamente. Descumprimento do prazo máximo para marcar consultas por parte

das operadoras; precariedade em relação à disponibilidade de profissionais na rede credenciada; presença de cláusulas abusivas nos contratos, que excluem ou limitam a cobertura de uma série de procedimentos, além dos aumentos abusivos e acima da inflação são algumas das irregularidades que fazem as operadoras serem recorrentemente condenadas nos processos movidos pelos consumidores.

QUE DÉFICIT, QUE NADA!

A exemplo da falácia do “déficit previdenciário” os governantes tentam convencer o brasileiro de que não há dinheiro suficiente para bancar uma saúde pública decente. Simplesmente, muitos dos recursos produzidos no país deixa de ser devidamente repassado. Em

vez disso, prevalecem (além da corrupção) os benefícios à iniciativa privada e a sonegação fiscal em detrimento de repasses justos ao setor. Nesta guerra desigual, não faltam parlamentares financiados por planos de saúde privados a declarar (explícita ou veladamente) guerra contra o SUS. Segundo números oficiais, nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 foram repassados os respectivos valores como doação a candidatos: R\$ 839 mil, R\$ 7 milhões, R\$ 11 milhões e R\$ 54 milhões.

Não são poucos os especialistas que asseguram ter o Brasil dinheiro suficiente para bancar vários SUS de melhor qualidade. O problema é: nossas riquezas são sugadas por uma minoria e isso não é de hoje. Ainda no campo político, um dos mais recentes gol-

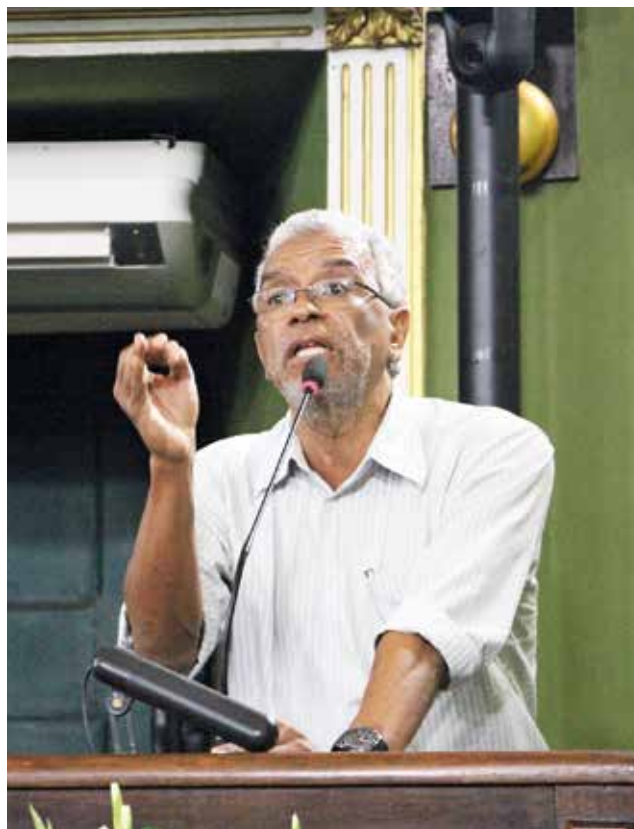


Jairnilson Paim disse que sem união a união de todos o projeto de democratização da saúde pode sucumbir

pes contra a universalização atende pelo nome de Emenda Constitucional Nº 95, aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, estabelecendo que os investimentos em saúde e educação ficarão congelados até 2036. O Brasil tornou-se o país das Américas que menos investe no sistema de saúde, conforme mostra levantamento feito em 2016 pela ONG Contas Abertas, a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM).

PRECARIZAÇÃO

Para o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, o atual ministro da Saúde, Ricardo Barros, já deu provas mais que suficientes de seu propósito de desmontar o sistema de saúde pública em benefício da rede privada. Seus ataques ao SUS são inaceitáveis para os médicos que defendem o fortalecimento da rede pública e para seus representantes legítimos, como os sindicatos laborais. Magalhães observou que a precarização dos vínculos trabalhistas é apenas uma das facetas da forma nefasta como os governantes tratam um setor essencial para a população. Sem direito a carteira assinada, os médicos foram comparados pelo líder sindical a escravos dos tempos modernos. “O sindicato tem tradição de enfrentamento e continuará seguindo para libertar os colegas da escravidão e da tirania da precarização que está aí”, disse.



Francisco Magalhães lamentou o esforço governamental de desmontar o sistema de saúde pública em benefício da rede privada



Ao final do encontro na Câmara de Vereadores, médicos se reuniram para uma foto